

*Sob este signo vencerás! A
estrutura ideológica da autocracia
burguesa bonapartista*



SOB ESTE SIGNO VENCERÁS! A ESTRUTURA IDEOLÓGICA DA AUTOCRACIA BURGUESA BONAPARTISTA

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre as representações ideológicas dos conspiradores vitoriosos nos embates de classes na década de 60. Com a ruptura da linha democrática, a partir do golpe de Estado de 1964, a autocracia burguesa tentou liquidar, reprimir e desorganizar de modo violento as classes trabalhadoras em particular e o movimento popular de modo geral. As polarizações recrudesceram na medida em que o movimento de massas se apoiava numa plataforma econômica de estatuto nacional e popular. As reformas de base, mesmo sem sair dos marcos da ordem do capital, feriam os interesses do capital nacional atrófico e do imperialismo. No poder, as facções militares se puseram na disputa pelo controle do aparato do Estado. Ambas pretendiam liquidar os *inimigos internos*, os subversivos da *república sindical*, porta de entrada para o advento do comunismo em nosso país. Com a derrota do castelismo, a “linha dura” impõe o prolongamento da ditadura militar.

PALAVRAS-CHAVE

Autocracia burguesa; Bonapartismo; Ditadura militar; Ideário de 1964

Antonio Rago Filho¹

**SOB ESTE SIGNO VENCERÁS! A
ESTRUTURA IDEOLÓGICA DA
AUTOCRACIA BURGUESA
BONAPARTISTA²**

*Na preparação para o golpe de 64, todos os grupos eram unânimes em saber o que não queriam: não queriam uma república popular instalada no Brasil.
(Adyr Fiúza de Castro.)*

Um sobrevôo na década de 60 revela momentos decisivos nos rumos da evolução nacional, com mudanças bruscas e violentas — no interior do afloramento das contradições sociais — que se seguiriam à vitória e consolidação da autocracia burguesa, em sua forma bonapartista no pós-64. Se aos militares, repetindo a cantilena conservadora, coube a obediência cega à hierarquia, a preservação da ordem e a defesa da soberania nacional — particularmente da *segurança nacional* no seio da *guerra permanente* contra o comunismo internacional — concretamente sua radicalização, assim como das frações do capital e seus intelectuais orgânicos, se deve ao ascenso das massas balizadas por reformas estruturais. A presença na cena histórica das massas populares reivindicando mudanças nas esferas que afetavam diretamente as suas condições materiais de vida ameaçava, no presente e no futuro, os interesses particulares dos proprietários nacionais e estrangeiros.

¹ Professor do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Colegiado de Ciências Sociais do Centro Universitário da Fundação Santo André. <depaularago@hipernet.com.br>

² Este artigo traduz parte substancial de minha tese de doutorado intitulada *A Ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. São Paulo: PUC-SP, 1998, orientada pela Profa. Dra. Yvone Dias Avelino.

Não se trata, pois, de se avaliar o passado com o olhar *politicista*³ do presente que dilui a perspectiva da revolução social numa cidadania universal e promove uma disjunção abstrata, acentuando que as lutas sociais deveriam reconhecer o primado do valor universal da democracia sobre as reformas estruturais. Nessa perspectiva, jamais haverá ruptura com a ordem, pois uma revolução social sempre será um atentado às instituições da ordem burguesa. A primeira tarefa seria a de solidificar as instituições democráticas, e só depois objetivar as reivindicações populares por meio de um consenso com o *partido da ordem*, firmando um *compromisso histórico*. A razão democrática se imporá, dessa maneira, sobre os interesses antagônicos da burguesia nacional contra os interesses populares, em especial dos trabalhadores.

Da mesma forma, não se trata de desconhecer as profundas divisões e ilusões que povoavam os setores

³ CHASIN, J. A determinação ontonegativa da politicidade. *Ensaio*, São Paulo, 2000, n. 1, tomo 3: Política. Em sua trincheira exercida nos editoriais da revista *Ensaio*, José CHASIN especificou a gênese, a determinação social e a finalidade histórica do fenômeno do *politicismo*, na história brasileira, transformada em arma consciente da burguesia autocrática e instrumento manipulatório dos gestores do capital atrofado, ao conduzirem as oposições para o campo de sua própria auto-reforma política, deixando intocáveis a estrutura econômica subordinada, a anatomia da sociedade, a forma particular da organização produtiva baseada na superexploração da força de trabalho. As reflexões chasinianas, ancoradas na filosofia marxiana, especificaram de modo ontológico a *determinação ontonegativa da politicidade*. CHASIN configura concretamente esta determinação *como força social pervertida e usurpada*, cuja raiz é a *sociabilidade imperfeita*, substância ainda não realizada enquanto tal, ou seja, ainda incapaz de autonomia como complexo estruturado, conduz à política, ou seja, a política como autodeterminação na forma da alienação. (p. 34). Poder político, na ontologia marxiana, significa, pois, em qualquer de suas formas, *sempre uma forma de dominação*, ou seja, *de negação da liberdade, da autonomia de uma parte dos homens*. (p. 18). Nesse sentido, *é por natureza irresolutiva, de modo que é uma ilusão castradora assentar sobre ela a esperança de que as questões humano-societárias possam por seu meio ser efetivamente resolvidas*. (p. 39). Respeitadas as circunstâncias históricas atuais marcadas pelo prolongamento da utilidade histórica do capital e do colapso das sociedades pós-revolucionárias, a propositura da democracia como valor universal, desnatura ontologicamente o peso determinativo da anatomia da sociedade, separando e tomando a política como esfera central e decisiva, em sua determinação ontopositiva, vislumbrando de modo permanente o aperfeiçoamento positivo do poder político. Esquecendo-se que o *politicismo é intrínseco à ordem do capital*. Ao contrário, a emancipação humana geral só é possível em sua orientação metapolítica: *a superação da política é a condição necessária da reposição do imperativo da revolução social*. (p. 53).

progressistas de então. Se, na atualidade, com a arma da ética na política, a “nova esquerda” tenta a administração *mais humana* do capitalismo por meio da crítica moral, no passado a esquerda pecebista, a força mais influente, buscava superar os obstáculos que impediam a completude do capital atrófico. Os anos 60 puseram à prova a capacidade da esquerda em orientar, organizar e efetivar um conjunto de reformas, entre elas a da estrutura sindical, da legislação eleitoral, a reforma agrária, a reestruturação do mercado interno no atendimento das necessidades populares, a limitação aos movimentos do capital estrangeiro, a maior participação dos sindicatos na vida nacional, em suma, as propaladas Reformas de Base que, mesmo sem sair dos marcos da sociabilidade do capital, feriam os interesses do capital financeiro internacional e do próprio capital nacional atrófico e subordinado.

No que concerne às ilusões dos comunistas do pré-64, está nítido que não se entreabria uma situação revolucionária (segundo a qual se poderia vislumbrar uma cisão no tope do poder, através de ampla movimentação espontânea de massas, dirigida por uma vanguarda revolucionária que, aprofundando a fenda no poder das classes dominantes, possibilitaria uma ruptura com a supremacia dos proprietários). Como observara Caio Prado Jr.,

*Muitos, na verdade quase toda a esquerda brasileira, interpretaram aquele período malfadado como de ascenso e avanço revolucionário. Mas de fato ele nada mais serviu que para preparar o golpe de abril e o encastelamento no poder das mais retrógradas forças de reação.*⁴

⁴ PRADO JUNIOR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 23. Nesta sua obra clássica de 1966, Caio PRADO JR. chamava a atenção para a inépcia do governo João Goulart diante da crise que se esboçava, ao mesmo tempo em que assinalava o oportunismo da esquerda pecebista em tentar explorar esta situação sem ter em contrapartida uma real organicidade com as massas populares, ao contrário, estimulando a reação a responder e, com isso, *iludir boa parte da opinião pública, com o pretexto de salvação do país do caos que parecia iminente. E levar essa opinião, senão ao apoio, ao menos à aceitação passiva do golpe*. Para uma análise mais desenvolvida das esquerdas nesse período, ver RIDENTI, M. *A constelação da esquerda brasileira nos anos 60 e 70*. In: _____. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. da Unesp: Fapesp, 1993.

Numa batalha travada no interior do próprio partido, Caio Prado Jr. desmistifica as ilusões prestistas, de que nunca o Partido estivera tão influente e organizado, e anuncia com veemência o golpe às escâncaras. Porta-voz de uma minoria no interior do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ele reconhece a positividade da movimentação de massas e os conteúdos significativos das reformas estruturais, ao mesmo tempo em que denuncia as conseqüências práticas nefastas do dogmatismo estalinista:

Contudo, apesar daquelas circunstâncias altamente favoráveis à maturação do processo revolucionário brasileiro, o que se tem visto, afora agitação superficial, por vezes aparatosa, mas sem nenhuma profundidade ou penetração nos sentimentos e na vida da população, afora isso, o que há de real é a estagnação daquele processo revolucionário. Ou, pior ainda, a sua degenerescência para as piores formas de oportunismo demagógico, explorando as aspirações populares por reformas. Foi esse espetáculo que proporcionou ao país o convulsionado governo deposto a 1º de abril.⁵

Atente-se para o fato de que, diante de uma revolução comunista inexistente — contexto este em que os comunistas pretendiam voltar suas baterias para o *acabamento da revolução burguesa*, na ilusória idealidade da completude da revolução democrático-burguesa — o golpe de Estado de 1964, em sua objetividade histórica, foi uma ruptura ao processo democrático que estava em marcha. Do prisma antipopular, antidemocrático e pró-imperialista, foi o combate ao social-progressismo inerente à política dos trabalhistas, identificada erroneamente com a *república sindical*, o *nacionalismo exacerbado* e a *algaravia populista*.

O temor mais profundo sentido pelos ideólogos do capital atrófico era a possibilidade da instauração de uma república democrática, que consumasse as pretendidas reformas de base abraçadas pelos trabalhadores do campo e da cidade. Assustava-os a possibilidade da democracia social de Brizola — considerado pela direita como a *extrema-esquerda* do leque político, mais radical do que os prestistas — e da gestação de um “getulismo de massas” a gerar a instabilidade do próprio sistema do capital.

⁵ Ibid., p. 22-23

A *república sindical*, pretensa ordem social perspectivada pelo *nacionalismo populista*, será, desse modo, caracterizada como *anarquia e desordem* no âmbito societário, particularmente no plano econômico, pondo em risco, por causa do forte teor nacionalista, a relação com o capital estrangeiro. Por esta razão, um dos membros do bloco castelista será bem mais explícito do que os críticos de esquerda: *Se o populismo de Goulart foi o detonador imediato da crise*, escreve Roberto Campos, *ela data de mais longe*:

Vargas havia interrompido ditatorialmente o processo político brasileiro. Nunca teve um programa de coesão social ou uma estratégia coerente de desenvolvimento, mas foi um mestre da "política de gangorra" – oscilando entre o autoritarismo e o populismo, entre o realismo econômico e o nacionalismo incompetente, entre o conservadorismo rural e o sindicalismo peleguista.

O culpado da situação é um só: a *algaravia populista*. O populismo é assim descrito como sinônimo de nacionalismo estatizante e de movimento de esquerda, com os sindicatos de trabalhadores atrelados ao poder. Isto porque,

No Brasil, o imediato deflagrador da crise política foi o populismo estatizante e esquerdista de Goulart. A intervenção militar foi relutante, tendo em vista a forte tradição legalista das Forças Armadas. Essa tradição levou à autolimitação dos poderes e da duração do processo revolucionário, e também à preservação substancial da instrumentação política e judiciária – o Congresso, o Supremo Tribunal, e inicialmente até mesmo os partidos políticos, que só foram abolidos pelo Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965.⁶

Segundo os ideólogos da autocracia burguesa, atribuíam-se a crise geral da sociedade brasileira às promessas inatingíveis da *demagogia populista* que acabaram por conduzir a sociedade brasileira a um beco sem saída. Salários desmedidos em choque com a real produtividade da economia, a escalada desenfreada

⁶ CAMPOS, R. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. v. 1, p. 580-581.

da inflação, a estagnação da economia, a desobediência civil são os efeitos de toda *política populista*. Com isso, estes intelectuais orgânicos objetivavam, no calor dos acontecimentos, descaracterizar totalmente os projetos sociais em luta, as reformas democráticas assentadas numa plataforma econômica de estatuto popular e nacional, que a esquerda trabalhista e comunista inscrevia na realidade nacional, propugnando a democratização da propriedade da terra, a reforma educacional, a reforma política, a integração das massas no mercado interno, o que certamente se chocava com o capital estrangeiro e as várias frações monopolistas associadas.

O golpismo dos conservadores, esta arte de fustigar as autênticas aspirações populares, faz parte, pois, da própria natureza histórica da dominação autocrática dos proprietários em nosso país. José Chasin, ao decifrar ontologicamente a particularidade histórica da *via colonial* de objetivação capitalista em nosso país, examinando o inacabamento das classes sociais, especificou a dimensão particular da natureza *atrófica* do capital e as raízes autocráticas de sua dominação. Isto implica questionar acerca da possibilidade concreta da efetivação de uma democracia liberal, dadas as condições particulares da *incompletude de classe* de nossos proprietários. Em seus próprios termos:

*Como poderiam coabitar com a “soberania do povo”, na inintegralidade de sua “soberania enquanto classe do capital”? Ou seja, como dominariam materialmente, sob a soberania política do povo, se a sua própria dominação é vassala de sua própria estreiteza orgânica e de um outro capital soberano? Portanto, se o limite de sua soberania é seu capital limitado, o segredo de seu monopólio do poder é a atrofia de sua potência política. Isto é, a verdade do deslimite de seu mando autárquico é a limitação de sua soberania atrófica.*⁷

⁷ CHASIN, J. A esquerda e a Nova República. In: _____. *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*. São Paulo: Ad Hominem, 2000. p. 156. De forma rigorosa, o autor, em *As máquinas param, germina a democracia!* (p. 103-104) contrasta as diferenças históricas no universal das formas não-clássicas, especificando: *A particularidade da via colonial [...] engendra uma*

Florestan Fernandes, ao se referir ao golpe de Estado de 1964, apontou para sua tentativa de dissimulação da ruptura democrática; uma contra-revolução preventiva que se equipa com uma “legislação revolucionária” para o desarme e controle dos setores de oposição, reprimindo os movimentos sociais e seus dispositivos políticos:

Em suma, o golpe de Estado criou uma ordem ilegítima que se inculcava “redentora”; mas, na realidade, o “império da lei” abolia o direito e implantava a “força das baionetas”: não há mais aparências de anarquia, porque a sociedade deixava de secretar suas energias democráticas.⁸

Nessa década, a natureza bonapartista da burguesia brasileira se manifesta em todas as latitudes. Desde a expropriação da subsidiária da International Telephone and Telegraph Company (ITT), o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, já tinha posto em prontidão os setores dos proprietários e sua *manu militari*, que temiam a radicalização de um projeto de capitalismo nacional autônomo, livre das induções do capital imperialista. De um lado, ameaçados por uma ação democrática das massas populares, temerosos de uma radicalização à esquerda, com a resistência popular encetada pela Cadeia pela Legalidade liderada por Brizola, que exigia a posse do vice-presidente João Goulart – após a insubmissão dos ministros militares à obediência das regras democráticas, com a renúncia de Jânio Quadros a 25 de agosto de 1961 – o sentimento anticomunista

burguesia que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou o faz de um modo demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de “independência neocolonial” ou de “subordinação estrutural” ao imperialismo. Em outros termos, as burguesias que se objetivaram pela via colonial não realizam sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da verdadeira burguesia “prussiana”, que deixa apenas, como indica Engels, de realizar suas tarefas políticas. De modo que, se para a perspectiva de ambas, de fato, é completamente estranha a um regime político democrático-liberal, por outro lado a burguesia “prussiana” realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses, enquanto a burguesia produzida pela “via colonial” tende a não romper sua subordinação, permanecendo atrelada aos pólos hegemônicos das economias centrais. Em síntese, a burguesia “prussiana” é antidemocrática, porém autônoma, enquanto a burguesia colonial, além de antidemocrática, é caudatária, sendo incapaz, por iniciativa e força próprias, de romper com a subordinação ao imperialismo.

⁸ FERNANDES, Florestan. *O que é revolução?* São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 8.

se reaviva; e, de outro lado, os ministros militares, diante da seqüência de manifestações políticas e greves operárias, com levantes de seus subordinados, soldados, sargentos, marinheiros, fuzileiros, ao lado de oficiais e governantes, que se postavam pela legalidade democrática, rompiam os princípios hierárquicos de disciplina e autoridade das Forças Armadas e, no limite, abriam as comportas para a *infiltração* dos subversivos na própria cúpula do poder, ameaçando a própria instituição republicana. No dia 30 de agosto de 1961, na imediatidade dos acontecimentos postos pela renúncia de Jânio Quadros, os três ministros militares, vice-almirante Silvio Heck, Ministro da Marinha; marechal Odylio Denys, Ministro da Guerra e brigadeiro-do-ar Gabriel Grum Moss, Ministro da Aeronáutica, lançam um manifesto interditando a posse do vice-presidente (que estava em viagem comercial à China e à URSS) eleito nas eleições de outubro de 1960, resultado indesejável das eleições cruzadas. Os termos desse documento deixam claras as razões anticomunistas da tentativa de barragem do líder trabalhista ao poder.

As posições reacionárias do Manifesto constroem Jango a não regressar e assumir, de direito e de fato, o poder supremo do país, garantido pela legalidade constitucional. As razões alegadas, por certo, serão extraídas da própria história de João Goulart, que remontam a atitudes políticas do passado:

Já ao tempo em que exercera o cargo de ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas incentivando agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele ministério, até em pontos-chaves de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.⁹

Vai-se esboçando, desse modo, a identificação leviana e grosseira de Jango ao comunismo e, fundamentalmente, o

⁹ Cf. LABAKI, A. *A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 148.

destaque de suas relações com o movimento dos trabalhadores, visando a atender as reivindicações salariais e de ampla atualização das liberdades políticas e organizacionais dos sindicatos. O oportunismo do Manifesto acusa o vice-presidente de estar comprometido, inclusive, com as posições políticas dos países visitados:

No cargo de vice-presidente — reza o documento — sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, movimentações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E ainda há pouco, como representante oficial, em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países exaltando o êxito das comunas populares.

O documento adverte que, no quadro de tensões entre *nações democráticas capitalistas* e aquelas atreladas ao *comunismo internacional*, os perigos de uma política trabalhista no poder estatal levaria ao atendimento das reivindicações sindicais e, com isso, o país se abriria para uma situação de desordem e anarquia social:

Ora, no quadro de grave tensão internacional, em que vive dramaticamente o mundo dos nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas e, sobretudo, nas mais fracas, avultam, à luz meridiana, os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil. País em busca de uma rápida recuperação econômica, que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente das classes mais pobres e humildes; em marcha penosa e árdua para estágio superior de desenvolvimento econômico-social, com tantos e tão urgentes problemas para recuperação, até, de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos, não pode nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo estiverem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia.¹⁰

¹⁰ Ibid., p. 149

O preconceito anticomunista, a posição abertamente antidemocrática e antipopular faz com que os ministros militares alertem para os riscos de, assegurada a posse de um presidente da República *esquerdista*, o país enfrentar uma escalada de mobilizações subversivas, que desembocaria numa guerra civil. O Manifesto não deixa dúvida:

Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no país um período inquietador de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões, de nossa cultura cristã.

Acreditando que a contaminação comunista atingiria todas as instituições, do Congresso nacional até as próprias Forças Armadas, a peça anticonstitucional conclui que:

Na presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao chefe da nação, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.¹¹

Dessa maneira, para além da ameaça real da transformação de nossa formação social numa sociedade comunista na década de 60, o que vicejava, concretamente, de forma assombrosa, para os conservadores, era a movimentação massiva articulada em torno de uma plataforma nacional e popular. Temiam uma sociedade democrática regida pelos sindicatos, uma república popular e democrática. Imbuído no poder, Castello Branco denunciaria Miguel Arraes por suas raízes filosóficas extraídas de Rousseau, pois, na condição de

¹¹ Ibid., p. 150

governador de Pernambuco, buscava estabelecer uma *democracia direta* com os trabalhadores e camponeses. Nas cidades, o movimento operário-sindical a bradar por alternativas reais em torno das bandeiras das reformas de base e, no campo, as ligas camponesas lideradas por Francisco Julião e a movimentação de trabalhadores rurais, com seguidas ocupações de terras, exigiam a imediata divisão dos latifúndios, a efetivação da democratização da posse e da propriedade da terra. Reforma Agrária, Na Lei Ou Na Marra! As vozes rurais ecoavam já no ar congestionado das cidades. Liberdade e autonomia sindical, reivindicavam as lideranças sindicais no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) surgido nas greves e que se transformava praticamente numa verdadeira Central – sob orientação de trabalhistas de esquerda e comunistas vinculados à política reformista de Prestes.

O bonapartismo brasileiro¹², em sua objetivação histórica, se transforma, assim, numa espécie de gestor do capital atrófico subordinado ao imperialismo. A defesa castelista do *capitalismo associado*, uma vez reconhecida nossa posição hierarquicamente inferior aos EUA, perpassa inteiramente a ideologia da autocracia burguesa. Gestores que atendem também aos desígnios da *segurança internacional* do capital imperialista. Aliás, repise-se esta

¹² Ainda que sem a pretensão de uma exposição rigorosa, cabe registrar que é preciso acima de tudo diferenciar as circunstâncias e especificidades históricas do bonapartismo *clássico* com relação ao bonapartismo brasileiro, como forma *particular* da dominação autocrático-burguesa identificada ao regime militar. A figura de um aventureiro e oportunista no poder, tal qual se verifica no Segundo Império francês, ou a presença marcante de um estadista do porte de Bismarck, certamente, inexistem na realidade brasileira. Há que atentar que não se trata de uma colagem histórica, mero recurso analógico de empréstimo de figuras. Trata-se de, nas palavras de Marx, *compreender a lógica específica de um objeto específico*. Como acentua Francisco de OLIVEIRA: *A história do pós-64 é, pela força de Bonaparte, o aprofundamento das tendências que já estavam anunciadas e que já estavam dadas, de certa forma, pela configuração estrutural da própria economia, isto é, pelo tripé que se havia formado. A política econômica pós-64 vai ser, de um lado, a busca incessante de consolidar e aperfeiçoar, e sedimentar de forma mais acabada, os contornos de um controle monopolístico da economia brasileira, ao nível das forças produtivas e, do outro lado, dando novos saltos no processo de acumulação, estabelecendo uma nova relação do tripé com as classes sociais dominadas. Esta nova relação é, como sempre, em qualquer sistema capitalista, uma relação de força, mas cuja forma é agora diferente*. OLIVEIRA, F. *Economia de dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 120.

dimensão, a ruptura da linha democrática tem como raiz a plataforma nacional e popular defendida pelo nacionalismo trabalhista em nosso país. É interessante destacar, também, que, no processo de objetivação das Reformas de Base no pré-64, estava em jogo esta questão decisiva — não o *estilo populista* que soçobrava, uma vez rompido o *pacto político* praticado por uma *burguesia enganosa*¹³, tornando impossível a *manipulação* das consciências operárias —, questão inscrita na plataforma econômica de estatuto popular e nacional: a luta pela tentativa de ruptura da nossa modernização subordinada e excludente, assentada num evoluer nacional sem progresso social, por uma alternativa democrática com forte apoio de massas. Esta é a essência do trabalhismo que, apoiado amplamente nas camadas populares, buscava integrá-las democraticamente num mercado interno ampliado. Por isso, sentindo-se ameaçados em seu poder exclusivista, os proprietários brasileiros se valeram de todos os recursos a fim de entronizar um poder burguês bonapartista, poder indireto exercido pelo grupo militar hegemônico. Reiterando, a nossa particularidade histórica, devida ao inacabamento de classe, antigo determinante universalizador das classes dominantes, é sintetizada por Engels na expressão: *O bonapartismo é a religião da burguesia!*

Reconhecida a incompletude de classe do capital em nosso país, dada a irresolução crônica das condições desumanas e aviltantes das classes subalternas, sem jamais terem conhecido a revolução democrática, as transformações capitalistas se operam de modo a configurar um poder de natureza autocrática, criando formas de dominação pelos proprietários que, dada esta atrofia congênita, oscilam entre pólos regidos seja pela *truculência de classe manifesta* seja por uma *imposição de classe velada ou semivelada*. Como especifica a crítica marxista de José Chasin:

¹³ Para uma crítica mais desenvolvida sobre as ambigüidades e limites da teoria do populismo, ver o ensaio de CHASIN, sucessão na crise e a crise na esquerda. In: _____. *A miséria brasileira...*, p. 177-288. Há também a elaboração de um pequeno mas denso artigo, na vertente chasiniana, de COTRIM, L. A crítica do populismo: elementos para uma problematização. *PUCviva*, São Paulo, v. 2, n. 8, p. 35-45, mar./abr. 2000. Na sua coletânea, FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 59-124, escreve artigo com o sugestivo título *O nome e a coisa*, em que rebate a efetividade histórica do “período populista”, sendo mais uma “invenção”, um construto subjetivo.

Ou seja, do mesmo modo que, aqui, a “autocracia burguesa institucionalizada” é a forma da dominação burguesa em “tempos de paz”, o “bonapartismo” é sua forma em “tempos de guerra”. E na proporção em que, na guerra de classes, a paz e a guerra sucedem-se continuamente, no caso brasileiro, no caso da objetivação do capitalismo pela via colonial, as formas burguesas de dominação política oscilam e se alternam entre diversos graus do “bonapartismo” e da “autocracia burguesa institucionalizada”, como toda a nossa história republicana evidencia.¹⁴

Aliás, é precisamente isto que caracteriza as obrigações do bonapartismo, este exercício autônomo de um executivo forte, a verdadeira religião, com a violência sistemática desferida aos movimentos de resistência, especialmente dos trabalhadores, visando a controlar todos os poros da sociedade e propiciar altos vãos para a acumulação capitalista.

A sua tônica será a de se apresentar como portadora dos ideais revolucionários, que se põe na defesa da interdependência com o mundo ocidental, com a propulsão de um desenvolvimento associado aos capitais externos, e, satisfazendo a ambição dos governadores conservadores que apoiaram a escolha de Castello Branco, também com a sinalização da restauração do regime democrático, num prazo determinado; e na defesa de uma segurança nacional institucionalizando-se basicamente a repressão interna para a manutenção da ordem social e política, a fim de promover a caça e rápida erradicação dos subversivos.

Na divisão das duas facções, que disputaram palmo a palmo as fatias de poder, existia um certo consenso de que não havia uma plataforma econômica estruturada, um projeto consistente, mas, em face do combate da insurreição permanente e em face da política da Guerra Fria¹⁵, o inimigo principal estava incrustado na própria realidade brasileira: o comunismo. Assim,

¹⁴ CHASIN, Hasta Cuando?: A propósito das eleições de novembro. In: _____. *A miséria brasileira...*, p. 128

¹⁵ Na visão de Moniz BANDEIRA, o isolamento e cerco a Cuba se aprofundou com a estratégia da Operation Mongoose, com a missão do aniquilamento físico de Fidel Castro e a desestabilização do regime cubano, contudo, mesmo com suas tentativas fracassadas, os EUA não desistiram de destruir o

em 64, a maior parte dos oficiais do Exército entrou na revolução, e depois vieram as reivindicações, não pessoais nem de classe, mas relacionadas às idéias de como acabar com a subversão, como acabar com a corrupção.¹⁶ Ernesto Geisel percebe as diferenças entre as duas facções, que irão se digladiar permanentemente nos postos de comando do processo. De uma parte, há o comportamento negativo da “linha dura”, que residia em seu estreito horizonte, reduzido a um só norte: *Nossa divisa é: contra o comunismo e contra a corrupção*. Segundo Geisel, há que superar esta posição de ser *contra* uma coisa e *contra* a outra. Assumindo que,

*Assim, não pode ser. Vocês não podem imaginar um governo baseado numa fórmula negativa, isto é: governo contra. Vocês têm que ser “pró”, vocês têm que ser a favor de alguma coisa. Vamos trabalhar para desenvolver o país. Vocês continuam contra, e quem é contra acaba não construindo nada. É uma questão de ideologia, de maneira de encarar o problema nacional.*¹⁷

Daí a importância dos economistas que se aglutinaram no Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), liderados por Roberto Campos, e da ideologia da segurança nacional costurada pela Escola Superior de Guerra (ESG) na confecção da política econômica da ditadura militar. Segundo o economista liberal, as barragens ao projeto castelista adviriam da outra

regime revolucionário lá instalado, e o agravamento do bloqueio econômico passou a ter uma dupla finalidade, ou seja, enfraquecê-lo, se não o derrubasse, e impedir, pelo menos, que tivesse qualquer possibilidade de sucesso, e tornar sua sustentação ainda mais cara para a URSS, sobrecarregando-lhe a economia, já bastante comprometida pela corrida armamentista. A política imperialista colocava em ação os dispositivos da contra-insurgência preventiva. O Brasil se encontrava na mira, por este motivo, o objetivo da administração Kennedy não mudou. [...] Os EUA não deviam considerar a ameaça comunista baseada principalmente em Cuba, pois um “comunismo local”, não relacionado com aquela ilha, existia e aproveitava-se das dificuldades do povo, como o Nordeste brasileiro. Cf. BANDEIRA, L. A. M. De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 503-505.

¹⁶ GEISEL apud D’ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 190

¹⁷ *Ibid.*, p. 198

vertente, *sincera, mas radical*, que propugnava uma *revolução permanente*, um prolongamento da autocracia bonapartista sem um fim previsto, mas não possuía nenhum projeto dirigido à sociedade. De onde brotariam os principais obstáculos à propositura castelista?

As dificuldades de Castello eram predominantemente de outra natureza. Provinham da cisão militar entre os "moderados" (grupo da Sorbonne) e a "linha dura". Para os moderados, como Castello, a Revolução de 1964 devia ser concebida como uma restauração democrática. Independentemente das intenções pessoais de Goulart, a infiltração da extrema esquerda na administração e a crescente frustração econômica tinham levado o país a uma radicalização. Pairava no ar o espectro da "revolução sindicalista". Para a "linha dura", entretanto, as prioridades eram diferentes. A guerra à corrupção e à subversão era um objetivo em si mesmo, postergando-se a "restauração democrática" até que estivesse concluída a tarefa moralizadora.¹⁸

Os conspiradores de 1964 apresentaram-se, assim, como portadores de uma autêntica revolução. Tal como em nossa história pregressa, uma *revolução redentora* que não atenta contra a ordem do capital, que preserva as tradições, mas surge como uma *renovação conservadora*, uma *renovação regeneradora*, para assegurar a estabilidade social e política, no intuito de acelerar o desenvolvimento capitalista. Dada a ameaça da *república sindical*, porta de entrada para o comunismo internacional, e da *incapacidade* do povo brasileiro, particularmente das *elites* e dos proprietários na direção da nação, as Forças Armadas se apresentam para mais uma intervenção em nome da restauração da ordem e do equilíbrio social, porém agora com uma base ideológica necessária à Guerra Fria: a doutrina de segurança nacional.

Há que ter clara, também, a visão aristocrática da ideologia 1964, uma vez que, pelo desprezo ao povo em sua capacidade política na constituição nacional, somente uma intelectualidade portadora da nova doutrina e da plena intelecção dos dilemas do mundo contemporâneo podia assegurar a

¹⁸ CAMPOS, op. cit., p. 565-566

destinação nacional. Os gestores do capital atrofico acreditaram na possibilidade de um capitalismo sem contradições, bastando para tal, a desagregação permanente dos movimentos populares. O general Golbery do Couto e Silva, não deixou margem para dúvida: *Os povos são um mito: só existem as nações, e a nação é o Estado*.¹⁹ Sendo assim, caberia às elites dirigentes a missão de resolver as contradições e impasses da realidade nacional.

O golpe de Estado de 1964 travestiu-se — não como de fato se objetivou — com uma retórica *revolucionária* e *democrática*. Não custa nomear alguns dos atores da farsa, civis e militares, com vozes e sons de uma sinfonia trágico-cômica, como Odylio Denys, Cordeiro de Farias, Castello Branco, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Magalhães Pinto, Olympio Mourão Filho, Ernesto Geisel, Costa e Silva, Jayme Portela Mello, Delfim Netto, Armando Falcão, Roberto Campos, Garrastazu Médici, João Figueiredo e tantos outros; conhecidas figuras de extração conservadora, quando não ultra-reacionária, agora se tinham convertido, ideologicamente, em *revolucionários*.

Para o pensamento de extração marxista, em confronto com esta apropriação indébita, seguramente, o termo *revolução*²⁰ não contém as ambigüidades apresentadas no *ideário de 1964*, construído aqui mais no sentido de conservação das estruturas

¹⁹ *O Estado de São Paulo*, 6 ago. 1976.

²⁰ Segundo a formulação caiopradiana, inscrita em *A revolução brasileira*, p. 11-12, na acepção marxiana: “*revolução*”, em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais. O ritmo da História não é uniforme. Nele se alternam períodos ou fases de relativa estabilidade e aparente imobilidade, com momentos de ativação da vida político-social e bruscas mudanças em que se alteram profunda e aceleradamente as relações sociais. Ou, mais precisamente, em que as instituições políticas, econômicas e sociais se remodelam a fim de melhor se ajustarem e melhor atenderem às necessidades generalizadas que antes não encontravam devida satisfação. São esses momentos históricos de brusca transição de uma situação econômica, social e política para outra, e as transformações que então se verificam, que constituem o que propriamente há de entender por “*revolução*”. Há que assinalar, com mais radicalidade, que uma revolução da perspectiva do trabalho implica ir para além do capital e do Estado, numa orientação metapolítica.

essenciais do capitalismo, de preservação dos valores da ordem, da família, da propriedade e da religião cristã. *Sob este signo vencerás!*²¹ Trata-se, aqui, de impulsionar e promover a consolidação do capitalismo, como a melhor forma de combater o comunismo. Ao mesmo tempo em que se tem em vista que a superação do atraso teria de passar por um longo processo, dada a herança histórica do nosso subdesenvolvimento. Nessa longa transição, as subversões florescem. O nosso *partido da ordem* acreditava que a aceleração do desenvolvimento do capital industrial permitiria a diminuição das desigualdades regionais, fortalecendo a coesão nacional, assim como propiciaria a formação de uma indústria bélica, para a *segurança nacional*.

O combate ao comunismo se tornará, assim, uma urgência histórica, quando *findo o parlamentarismo, passou o governo a marchar a toque de caixa para sua meta – o regime sindical*.²² Daí, a necessidade de os militares realizarem uma “aliança sagrada” em torno das Forças Armadas, para uma “conspiração preventiva” ao suposto golpe que, segundo o marechal Odylio Denys, João Goulart estava preparando. O resultado de suas operações é que,

*Felizmente, todo mundo acabou vendo que nós é que estávamos defendendo a legalidade, pois queríamos manter o regime democrático vigente no País, em desacordo com o governo constituído, que com um golpe de Estado ia implantar nele a revolução marxista, instituindo o regime sindicalista.*²³

É interessante reter aqui que, na visão anticomunista, no fundo, a “Revolução de 1964” era uma contra-revolução para evitar a

²¹ Em célebre passagem de *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 341. (Os pensadores, 35), Karl MARX diz: *Durante as jornadas de junho todas as classes e partidos se haviam congregado no “partido da ordem”, contra a classe proletária, considerada como o “partido da anarquia”, do socialismo, do comunismo. Tinham “salvo” a sociedade dos “inimigos da sociedade”. Tinham dado como senhas a seu exército as palavras de ordem da velha sociedade – “propriedade, família, religião, ordem” – e proclamado aos cruzados da contra-revolução: Sob este signo vencerás!*

²² DENYS, O. *Ciclo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 100

²³ *Ibid.*, p. 103

²⁴ *Ibid.*, p. 133-134

revolução marxista, que ia ser imposta pelo governo João Goulart, com seu golpe de Estado.²⁴ A “gloriosa”, expressão irônica usada pela oposição, teve sua origem na sisudez inculta dos bonapartistas, quando o general Costa e Silva, já atrelado ao poder, comparou a “Revolução de 1964” às revoluções de tipo europeu, à revolução gloriosa da Inglaterra e à Revolução Francesa, dos séculos XVII e XVIII. O marechal Denys, de modo mais congruente com sua rusticidade, traçou comparações com o golpe de 1937 no Brasil, mas também com a exemplaridade histórica da reação dos militares rebeldes na guerra civil espanhola, onde após a instauração da Segunda República, de 14 de abril de 1931, segundo o marechal, a nação espanhola caiu nas mãos do *extremismo vermelho*, que uma frente de direita, a Confederação Espanhola das Direitas Autônomas (Ceda) tentou em vão barrar:

*Em 1936, tendo a comunização da Espanha, protegida pela “legalidade constitucional”, alcançando extremos que nas suas violências foram além do ocorrido na Cuba de hoje, verificou-se claramente ser impossível qualquer resistência que não fosse a das armas.*²⁵

Na Espanha, os rebeldes militares acreditavam que sua insurreição seria breve, cirúrgica, sem resistência, porém levou três anos. No Brasil, os golpistas supunham encontrar forte resistência, não esperavam vencer com tanta facilidade.

Os conspiradores julgavam que a esquerda preparava-se para a conquista de um poder revolucionário, com o apoio das massas populares; desse modo, a *Revolução de 1964 fez-se basicamente para impedir a derrocada do sistema representativo, preparada abertamente. Assim considerada, tratou-se de “contra-revolução”*. O coronel Jarbas Passarinho, ao polemizar com a esquerda marxista, buscou conceituar a natureza do movimento político que desencadeou o golpe de Estado de 1964, afirmando que:

O movimento cívico-eclesiástico-militar de março de 1964 foi rigorosamente uma ação “anti” nos dois planos, o da subversão e o da corrupção. [...] Para o Exército, a cujo quadro de Oficiais de Estado-Maior eu pertencia, o perigo

²⁵ Ibid., p. 142.

mais sério seria o dos comunistas, graças ao clima da Guerra Fria e à expansão do Movimento Comunista Internacionalista. [...] Ademais, em face da experiência traumática de 1935, o inimigo por nós considerado era o PCB, que lutava inclusive ostensivamente pela sua legalização, e dominava a maior central operária de então, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). [...] Dizer que o perigo era inexistente seria tolice.²⁶

Na visão conservadora, era necessário também dissociar o apoio e as pressões do imperialismo norte-americano, sob quaisquer formas instrumentais, materiais ou ideológicas. Segundo o marechal Castello Branco, a “Revolução de 1964” teve sua origem,

Não através de um golpe de Estado, mas como uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições, e decisivamente, apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e profundidade das nossas concepções, convicções e concepções que nos vêm do passado e que deveremos transmitir, aprimoradas, às gerações futuras.²⁷

Com as facções militares em luta pelo controle do aparato do poder e o ressurgimento das lutas sociais, o Ato Institucional – era para ser único, nasce o primeiro – era o dispositivo necessário para permitir uma ação eficaz para este período de *restauração moral*. Nesta direção, a retomada do desenvolvimento econômico, sem a *moralidade pública* equacionada, não seria possível:

O Governo não esquece, porém, que os inquéritos e as investigações ajudaram a provar que o desenvolvimento, sem a moral pública, é desastroso para o país, como provavelmente poder-se-á dizer que a simples existência

²⁶ PASSARINHO, J. *Um híbrido fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. p. 298.

²⁷ CASTELLO BRANCO, H. de A. *Discursos: 1964*. Rio de Janeiro: Secretaria de Imprensa, 1964. p. 13.

²⁸ *Ibid.*, p. 45

*de uma ética política e administrativa, num vazão de progresso, paralisa a nação.*²⁸

Sem a resistência popular esperada e sem a necessidade da intervenção direta dos EUA, os gestores do capital atrofado afirmam a ação soberana das Forças Armadas. Nesse sentido, poucos dias antes do golpe, Castello Branco, investindo contra o governo João Goulart e o bloco formado por trabalhistas e comunistas, assegura que uma *ditadura ou governo empalmado por injunções internas ou internacionais é poder desnaturado, irresponsável e contra a nação*. É por estas razões que o discurso castelista não identifica o sistema de poder instaurado pelo golpe militar como sendo de natureza ditatorial. No entanto, nesse esquema, os indivíduos foram enquadrados, de acordo com a *legislação revolucionária*, como subversivos, agentes do comunismo internacional ou pelegos; mais ainda, identificados como corruptos basicamente, os que viviam do tesouro nacional, parlamentares, funcionários e políticos de modo geral; ou militares cuja situação fora agravada pela desobediência à unidade e indivisibilidade da hierarquia das Forças Armadas.

Não há que se esquecer que, nessa quadra, a Escola Superior de Guerra já explicitara sua postura bonapartista e o apoio confesso à propositura ideológica de Jânio Quadros. Recorde-se a posição golberiana:

*Como a ESG foi organizada com a finalidade de analisar os problemas do país e elaborar soluções, não deixa de ser natural que, se um governo é muito débil, a ESG lhe faça oposição. Como os governos de Vargas, Kubitschek (o melhor de todos) e Goulart foram débeis, a ESG, naturalmente, e desde uma perspectiva intelectual, se punha contra eles. Nunca adotamos uma posição contrária ao presidente Quadros.*²⁹

Rememorando a série de acontecimentos do pré-64, Darcy Ribeiro condensava os acontecimentos numa frase: *A História nos afunilava*. Defendendo as posições democráticas do governo João Goulart, o chefe da Casa Civil observa que, tal como um estopim:

²⁹ GOLBERY apud STEPAN, A. *Brasil: los militares y la política*. Buenos Aires: Amorrortu, 1974, p. 217-218.

A conspiração envolveu logo os comandos militares. Castello Branco lança manifesto, conclamando a oficialidade à indisciplina dentro da doutrina da Guerra Fria, segundo a qual o inimigo principal era interno, o comunismo, que tem que ser erradicado a qualquer custo. [...] Paralelamente a esse desmonte do dispositivo militar do governo, os líderes da direita, liderados por Bilac Pinto, presidente da UDN [União Democrática Nacional], denunciavam, através da imprensa, a iminência de um golpe militar de Jango, destinado a implantar uma república sindicalista.³⁰

É sabido que os golpistas liderados pelos generais Carlos Luís Guedes e Olympio Mourão poderiam ser enfrentados rapidamente, inibindo-se e antecipando-se à ação deles, valendo-se do dispositivo militar de Jango, com o desarme das concatenações do movimento conservador:

Segue-se, no dia 31 de março, o levante do general Mourão, o "vaca fardada", mandante das tropas de Juiz de Fora, que obedecia às instruções de Magalhães Pinto. Este lançara no dia anterior um manifesto à nação, conclamando-a para a revolução preventiva, que evitaria um suposto golpe comunista de Jango.³¹

A história da atuação dos militares no processo insurrecional que conduziu ao trágico desfecho para o povo brasileiro, no entanto, desde as origens foi perpassada por uma guerra de movimentos, lutas internas, embates de toda natureza, intrigas e cambalachos para o controle do monopólio de poder. Com isso, seguindo a "cartilha de Júpiter", ao longo do percurso, o bonapartismo visava a quebrar as pernas, por todos os meios, de uma possível *república sindical* que se guiava por uma plataforma nacional, democrática e popular. Desde a instauração da ditadura militar, com o objetivo de garantir a *tranqüilidade e a paz social*, buscando erradicar qualquer possibilidade de resistência

³⁰ RIBEIRO, D. *Confissões*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. p. 349-350.

³¹ *Ibid.*, p. 352

democrática de massas e qualquer alternativa social da perspectiva do trabalho – invalidando-a como *estranha à índole nacional* – os gestores do capital atrofico se apresentam armados ideologicamente com os dogmas do *ideário da revolução*: o combate à subversão e à corrupção. Dissemina-se, assim, a arma da ideologia de 1964, esperando alcançar como resultado, para felicidade e liberdade do capital, uma acelerada reprodução ampliada do capital, objetivando, dessa forma, uma *modernização excludente*, que se assentaria numa dupla violência: violência econômico-social, inerente ao capital atrofico, excluindo dos benefícios produzidos os próprios produtores diretos da riqueza nacional, e a violência jurídico-política, potencializando a superexploração da força de trabalho, arrochando os salários, reprimindo e cerceando a liberdade de organização e movimentação política do trabalho em nosso país.

A convergência em torno do nome do general Castello Branco representou, em verdade, uma escolha num campo escorregadio de sucessivas batalhas dentro do próprio núcleo do comando do movimento conservador. As disputas entre as duas principais facções desde muito cedo se sucederam. A história é bem difundida, porém pouco esclarecida. Grosso modo, o bonapartismo estará dividido entre dois pólos nítidos: de um lado, o grupo da “Sorbonne”, a tendência castelista, que desejava a *normalização* do país num tempo determinado e, do outro lado, o grupo dos mais radicais, a facção denominada “linha dura”, que buscava erradicar a subversão até às últimas conseqüências, por um tempo indeterminado. A ambição desejada era o tempo necessário para a “limpeza do terreno”, a preparação e a consolidação do capitalismo brasileiro em sua condição de associado e interdependente.

No entanto, não apenas porque já se sabia vitorioso no processo de sua escolha, uma vez indicado pelo Alto Comando da Revolução, Castello Branco reafirmava as suas reais convicções, que faziam com que os seus pares da “linha dura” em todo este processo o pressionassem com críticas fortes e desrespeitosas e o identificassem como elemento “moderado e frouxo”, dotado de “democratie ingênua” e, com isso, entrasse em choque com o grupo esguista e sua liderança. Por esta razão, já se encontravam divididos bem antes da eclosão do movimento golpista, cisão que se reporia ao longo da ditadura militar e, depois, na própria avaliação dos seus feitos e fracassos da “Revolução de 1964” –

com um grupo imputando a derrota ao outro. Desse modo, marechal Castello Branco assume o leme do Estado e se vê obrigado, como dizia Golbery do Couto e Silva, a bater sistematicamente ora no cravo ora na ferradura, ou seja, nos representantes da esquerda nacionalista e subversiva, mas também nos extremistas da direita, que apoiaram a intervenção militar e propugnavam a contra-insurgência permanente, com a manutenção do rigor na repressão e extermínio dos *inimigos internos*.

A ausência de um projeto unitário era evidente no seio dos conspiradores. Fato este que demonstra que o projeto de *reconstrução nacional* não estava delineado em sua estruturação econômica, porém, os *dogmas do ideário de 1964* de combate à subversão e à corrupção davam uma couraça ideológica para a mobilização contra as ações baseadas numa plataforma de estatuto nacional e popular. Esta dimensão programática, na verdade, se colocaria no processo de consolidação do bonapartismo. Daí, o papel fundamental desempenhado pelos intelectuais orgânicos no planejamento econômico. No primeiro governo do ciclo bonapartista, sobressaem as figuras de Roberto Campos e Octávio Bulhões, lapidados durante anos na crítica liberal ao Estado getulista. Mais ainda: a proposta de *normalização* castelista, a passagem para um governo civil, por meio de eleições diretas — mesmo assegurando certos padrões jurídicos da *legalização outorgada* — não descartava as mudanças necessárias tendo em vista um novo ciclo de acumulação do capital em nosso país.

Com a consciência do seu papel nesse processo, o economista Roberto Campos passava a contribuir diretamente com a construção de “um ideário da Revolução”. Isto porque:

À parte os projetos de reforma, elaborados pelo IPES com a colaboração de alguns militares, que eram “propostas legislativas antes que um programa revolucionário”, os deflagradores efetivos do movimento se limitavam ao mote simplista: “Combate à corrupção e à subversão”. [...] Castello tinha aguda consciência da importância de se criar um ideário positivo. Sua obsessão era demonstrar ao Brasil, e ao mundo, que a Revolução de 1964 era uma revolução modernizante e não uma típica quartelada latino-

³² CAMPOS, op. cit., p. 573, grifo nosso

-americana.³²

Assim, em seus passos originários, a ideologia castelista prometeu uma autêntica *restauração da democracia*. Prometia também que jamais o novo *regime* se transformaria numa ditadura. O tempo da intervenção militar seria o suficiente para um combate eficaz aos *inimigos internos*, comprometidos com a *república sindical*, mesclando nesse rótulo os comunistas, os socialistas, os trabalhistas, os *sindicalistas pelegos*, os estudantes *infiltrados*, os políticos subversivos e corruptos. No entanto, há que registrar que o termo “corrupto” atingia, principalmente, sindicalistas e estudantes, que eram acusados de se valerem das estruturas corporativas e organizacionais, do uso da “máquina”, para fins políticos. Levada às últimas conseqüências a *operação limpeza*, esta caça aos “subversivos e corruptos” respingava também no próprio *núcleo* da conspiração de 1964, em virtude da luta interna: os desafetos surgiam como políticos suspeitos de enriquecimento ilícito. Está claro que outros da mesma estatura, participando de operações ditas escabrosas, mais do que floresceram com a consolidação dos grupos de repressão e a sedimentação das estruturas do terror estatal.

Desse modo, as Forças Armadas, coordenadas pelo Exército com um *Alto Comando da Revolução*, substituirão a antiga “elite dirigente” – considerada *fracassada* no intuito de resolver os dilemas do subdesenvolvimento econômico, da desigualdade social e dos desequilíbrios regionais, assim como *tíbia e impotente* no enfrentamento do *nacionalismo exacerbado* – com a proposta de *pôr as coisas no seu lugar*, restabelecer a paz e a ordem social. Mais do que um pretensão *poder moderador*, ao bonapartismo militar caberia uma missão histórica, a de restaurar a democracia, harmonizar as classes sociais, incorporando os princípios e valores da *revolução redentora* numa autêntica ordem constitucional, com a afirmação de um Estado de Segurança Nacional, encetando o rumo devido do sentido de unidade nacional.

A tutela militar respondia, nesse sentido, ao nosso presente histórico, mas também ao futuro de nossa vida nacional. Os militares acreditavam, piamente, que pudessem ter o controle, pelo alto, da sociabilidade do capital. A prepotência não era baseada apenas na força militar, mas também na suposição de detenção dos caminhos da destinação nacional, o verdadeiro projeto da evolução nacional: o *Brasil-potência*.

Na obra *Geopolítica do Brasil*, o principal ideólogo do grupo da “Sorbonne”, Golbery do Couto e Silva, situava a posição que o país ocupava no complexo capitalista do mundo ocidental:

O Brasil é, por outro lado, uma nação em crítico e ainda rudimentar estágio de seu desenvolvimento econômico e social e, pois, um país potencialmente agredido que se situa na periferia retardatária de um mundo em vertiginosa ascensão para novos e revolucionários padrões e cujo dinamismo potente, incoercível, fatal, ameaça transbordar por todo o planeta, submergindo, numa pseudomorfose aviltante e sufocadora, todos os núcleos de civilização e cultura ainda não amadurecidas e suficientemente resistentes.³³

Da perspectiva esguiana, da Doutrina da Segurança Nacional, especificado o retardamento estrutural do país, haveria que acelerar e ampliar a infra-estrutura econômica, a fim de propiciar:

A redução dos pontos de estrangulamento de nossa economia tão desordenadamente evolvida, a atenuação pelo menos dos graves desequilíbrios existentes entre seus diversos setores básicos – objetivos todos, por certo, de alta essencialidade em qualquer programa de desenvolvimento econômico-social. [...] A segurança estrutura-se, pois não pode deixar de estruturar-se sobre uma base irredutível de bem-estar econômico e social, nível abaixo do qual se ofenderá a própria capacidade de luta e de resistência da Nação, incapacitando-a, afinal, para o esforço continuado e violento que dela a guerra exigirá.³⁴

O poder autocrático-burguês baseava-se, assim, numa ação providencial, de função saneadora, que poderia deter o

³³ SILVA, G. do C. e. *Geopolítica do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982. p. 102.

³⁴ *Ibid.*, p. 370

controle das formas de sociabilidade pelo alto. A autoridade das armas daria as balizas para a regência do capital e da história. O meio de solapar a ameaça do comunismo era transitar aceleradamente da forma subdesenvolvida para um capitalismo desenvolvido. A antiga crença das classes dominantes, de que com a miséria social os comunistas poderiam manipular as massas, infiltrando-se no seio delas e contrariando a índole nacional, regada a moderação, manifesta-se revigorada no calor e tragicidade da Guerra Fria, com uma novidade: o *nacionalismo exacerbado* ou “getulismo de massas” também se converte em *inimigo interno*. Com a criação do conceito de segurança nacional, pela reformulação do conceito de defesa nacional, a *pátria armada* implicará a preparação permanente de quadros militares e civis, tendo em vista a possibilidade de subversão interna da ordem, com apoio das camadas médias. Assim como o peronismo na Argentina e, mais adiante, o *allendismo* no Chile, os portadores de uma plataforma econômica de estatuto popular e nacional converteram-se, em nosso país, numa ameaça à reorganização da estrutura econômica atrelada aos desígnios do grande capital internacional e seus parceiros nativos.

Como vimos, os dogmas do *ideário de 1964* objetivam o resguardo da ordem, no sentido de conservação das estruturas essenciais do capitalismo, de preservação dos valores da ordem, da família, da propriedade e da religião cristã. *Sob este Signo, Vencerás!* Assim, o bonapartismo da contra-revolução das classes dominantes uniu-se contra o “perigo vermelho”. Trata-se, em nosso caso, de desorganizar as ações de massas que se enquadravam num programa de reformas democráticas, de talhe nacional e popular, a fim de impulsionar e promover a consolidação do capitalismo subordinado, como a melhor forma de combater o comunismo. A recusa ao comunismo e a adesão ao princípio social da propriedade privada como o vetor básico do convívio social, na visão da autocracia burguesa bonapartista, está pressuposta no caráter utópico de toda negação do capitalismo. Nas concepções de Geisel, o comunismo é irrealizável porque esbarra na própria condição humana:

É uma utopia principalmente porque não considera as peculiaridades da natureza humana, que fazem do homem um eterno insatisfeito, querendo sempre mais e, na

*generalidade das situações, não levando em conta o bem dos seus semelhantes. Muitos não pensam assim e se deixavam levar pela doutrina comunista, aparentemente igualitária. Outros foram comunistas por recalques, por insucessos da vida, por frustrações. Quando o comunista está convencido do acerto da sua doutrina, não há ninguém que o convença do contrário. É uma doença incurável.*³⁵

Ora, segundo a posição anticomunista, o perigo de esta “doença incurável” se propagar residia na própria situação miserável vivida pela maioria da população, pois, sendo assim, ela é, ao menos virtualmente/potencialmente, transformada em presa fácil da manipulação dos comunistas. A sua influência deriva, assim, da própria realidade nacional, como produto *do seu atraso, das doenças, do analfabetismo, do problema social, do egoísmo das classes dominantes, da má distribuição de renda*. Ao lado disso, havia a idéia generalizada do avanço do comunismo no plano internacional, infiltrando-se no interior do país por meio das garras do partido comunista, principalmente no movimento sindical. Combate-se com as armas da *segurança* e do *desenvolvimento* da ESG e/ou do capital: repressão sistemática ao *inimigo interno* e aceleração do crescimento econômico do capitalismo.

Uma linha contínua presente no pensamento conservador, portanto, é a de que o comunismo só se apresenta onde a miséria abraça um grande contingente de pessoas. Segundo esta visão do mundo, os comunistas aparecem como agentes manipuladores de um internacionalismo comunista, que se *infiltram* numa coletividade, como *exploradores da miséria do povo*, valendo-se de uma idéia de paraíso terrestre, vendendo *a ilusão de um mundo feliz*. Por esta razão, os comunistas, na luta pela reforma agrária, conseguiam a adesão popular; todavia, adverte o marechal Osvaldo Cordeiro de Farias:

Não poderia chamar essa massa que os apoiava de comunista. Era, sim, contra o governo, pois não se

³⁵ GEISEL apud D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. *Ernesto Geisel...*, p. 145-146

³⁶ FARIAS apud CAMARGO, A.; GOES, W. de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 480-481.

*conformava com a situação em que vivia. Por isso, tornava -se massa de manobra dos comunistas. E nesse campo fértil atuavam os políticos.*³⁶

Ao mesmo tempo, dada a herança histórica do nosso subdesenvolvimento, tem-se em vista que a superação do atraso teria de passar por uma longa travessia. Nessa empreitada, as subversões sempre podem germinar. O *partido da ordem* acreditava que a aceleração do desenvolvimento do capital industrial permitiria a diminuição das desigualdades regionais, fortalecendo a coesão nacional, assim como, na guerra contra o comunismo internacional, propiciaria a formação de uma indústria bélica para a *segurança nacional*.

Há que lembrar que a postura de João Goulart foi enfática ao discordar da posição norte-americana, declarando-se contra as práticas intervencionistas, sustentando o princípio de autodeterminação dos povos, temendo, com isso, a própria intervenção norte-americana nos assuntos internos dos países do bloco continental. No entanto, na outra ponta, Castello Branco baseava-se na suposição de uma *interdependência* à qual nenhum país podia escapar, defendia o alinhamento vital ao conjunto das *democracias ocidentais*, assim como a crença de que a segurança nacional necessitava de um *dispositivo de segurança continental*; não via em nossa situação o risco de intervenções, graças aos esquemas associativos e consensuais patrocinados pelos Estados Unidos.

É nesse campo que o marechal Castello Branco recusa a forma exacerbada do varguismo e redimensiona o papel do nacionalismo. Segundo ele,

*O nacionalismo é indubitavelmente um dos grandes motores da história humana. É indispensável ingrediente na unificação de comunidades dispersas na construção de nações recentemente emergidas do domínio colonial, na galvanização de esforços após guerras perdidas, na formação de motivação para o desenvolvimento.*³⁷

³⁷ CASTELLO BRANCO, op. cit., p. 63

Ora, em que medida o nacionalismo representa uma afirmação positiva?

Na medida em que seja usado como elemento de mobilização do esforço nacional, de aceitação dos sacrifícios que o desenvolvimento exige, de atenuação de conflitos de classes, o nacionalismo é altamente positivo.

Todavia, ele será inteiramente nocivo se empolgado pela atuação de grupos particularistas, ou de certos empresários nacionalistas, ou de uma esquerda hostil ao capitalismo. Se não, vejamos:

Na medida em que é manipulado por certos grupos para evitar a concorrência e manter posições de mercado, em que é usado para dificultar a importação de tecnologia externa, em que mantém aprisionados no solo recursos minerais enquanto não se tem capital para explorar, em que é manipulado pela esquerda alienada para impedir o fortalecimento do sistema econômico capitalista e as instituições democráticas do Ocidente – o nacionalismo viciado passa a ser altamente negativo, não só do ponto de vista do desenvolvimento econômico senão também do de segurança nacional.³⁸

Na guerra interna dos segmentos do bonapartismo, Castello Branco trava uma batalha contra seus próprios pares, pois pretendia resgatar a hierarquia e a disciplina no exército, particularmente desgastado com as profundas divisões e rupturas que sofreu, e logicamente contra a intenção da outra facção bonapartista de preservar indefinidamente os *instrumentos da legislação revolucionária*. Na visão castelista do mundo, o traço permanente de nossa tradição é o equilíbrio. O brasileiro é, por essência, um *moderado*. Em nome desta *tradição* inerente à formação *democrática* de nosso povo, Castello Branco faz nova advertência para a corrente *reacionária*, que pressionava para uma maior radicalização, para que se suprimissem as funções do Congresso e se agilizasse o processo de expurgos e cassações. Nesse sentido,

³⁸ Id.

³⁹ Id.

a 7 de agosto de 1964, no Palácio da Aclamação, em Salvador, ele novamente reitera que *as próprias reformas, que são e terão de ser a pedra de toque da Revolução, não logram escapar ao apodo dos descontentes*.³⁹

Recorde-se que, desde a gênese da ditadura militar, a solução castelista esbarrou na facção dos mais radicais, que considerava o general Costa e Silva o *verdadeiro chefe da revolução*. Com o rigor da palavra — em que pese este se intitular, em seu governo, adepto de um *humanismo social* — Costa e Silva não possuía nenhum naco de *humanismo radical*. É o paradoxo proporcionado pelas palavras, sempre em contraste com as posições e atitudes, que pode permitir este arroubo. Se a Doutrina de Desenvolvimento e Segurança servirá como a parametração ideológica comum às intervenções do bonapartismo em suas várias vertentes, a ala castelista vai se apresentar como a mais coesa e consistente em sua propositura ideológica e na articulação política dos interesses das classes dominantes.

Nos discursos presidenciais de Costa e Silva transparece a razão manipulatória de provar como uma *democracia* é possível mesmo com a repressão e a supressão das liberdades públicas. Em seu conjunto, as concepções costistas estão entrelaçadas às da filosofia positivista da sociedade, assentada no dogma: ordem e progresso. Afirma-se, com insistência, a *restauração da democracia* como uma passagem de um ponto a outro, em que o *poder revolucionário* vai-se incorporando num Estado de Direito. Nega-se a natureza ditatorial, mas, contraditoriamente, acena-se para uma restauração da legalidade. Uma ditadura que visa a se institucionalizar numa estrutura jurídico-política. O dínamo que preservaria a dominação autocrática reside, precisamente, na preservação legal da tutela militar, no caminhar sobre os trilhos demarcados pela incorporação às normas jurídicas dos cânones da “Revolução de 64”.

A justificativa ideológica ao recurso às armas está implícito em suas próprias palavras:

⁴⁰ COSTA e SILVA apud RAGO, A. *A Ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. 1998. Tese (Doutorado em História) — Programa de Estudos Pós-Graduados, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 164.

Não cometo a injustiça de considerar todos os que divergem do Governo da Revolução como sequazes de ideologias fanáticas, fundada no ódio entre as classes, na deificação do estado totalitário, no imperialismo agressor da soberania dos povos. [...] A democracia tem de armar-se para defender-se daqueles que se valem das suas franquias para destruí-la.⁴⁰

Em seu memorando secreto intitulado *Brasil: o caminho para a ditadura*, a Central Intelligence Agency (CIA) acompanhava com minúcias o desenrolar da tomada de posição do Tio Velho – o codinome de Costa e Silva – durante a conspiração golpista, agora encurralado pelas próprias forças que o colocaram no tope do poder, tornando explícito:

Muitos militares estão desencantados com sua liderança fraca e vacilante, sua aparente tolerância com a corrupção de autoridades do governo, e com aquilo que alguns vêem como sua perigosa brandura com o comunismo. Eles estão especificamente irritados pelo fato de que seu desempenho inepto refletiu-se negativamente sobre os próprios militares. Muitos deles, sem dúvida, ficariam aliviados se Costa e Silva fosse embora – sabe-se que ele está com a saúde relativamente debilitada. Na verdade, o maior obstáculo para que o tirem está no fato de que foram eles quem o puseram. Costa e Silva, entretanto, pode ser um homem muito determinado quando toma uma decisão, e não parece

⁴¹ Cf. VENTURA, Z. 1968: o ano que não terminou. 14. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 266.

⁴² Da parte do general Geisel, o “golpe dentro do golpe” não advém com o AI-5, pois julga ser uma medida necessária dada a conjuntura, porém, ao bonapartista não lhe resta dúvida alguma sobre o que se esconde por trás dos manejos intrínsecos à sucessão de Costa e Silva: *Fala-se em golpe de 64, mas o golpe realmente foi dado quando impediram Pedro Aleixo de tomar posse. Por que Pedro Aleixo não assumiu? Porque era um político, e fora o único membro do governo a votar contra o AI-5. Achavam que ele não ia dar conta do problema. A primeira coisa que haveria de querer era derrubar o AI-5. Por isso, concluíram que não podia assumir.* GEISEL apud D’ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. *Ernesto Geisel...*, p. 210.

*que ele vá se deixar depor passivamente.*⁴¹

Com um conjunto de ações ditatoriais, o segundo governo do ciclo bonapartista efetivava verdadeiramente um “golpe dentro do golpe”.⁴² Num dado momento, a espada de Dâmocles esteve sob a cabeça do próprio Costa e Silva. A edição do Ato Institucional n. 5 já vinha sendo exigida desde as manifestações estudantis, que culminara com o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, no dia 28 de março de 1968, e a onda crescente de novas manifestações sociais. A realidade se movimentava contrariamente às suas previsões:

*Teremos neste país, daqui para muitos anos, cada vez mais progresso, cada vez mais liberdade e, conforme os princípios democráticos, manteremos a autoridade; autoridade que não se funda apenas na força, mas na substância moral identificável nos atos dos homens públicos.*⁴³

Em sua crônica diária no *Jornal do Brasil*, o jornalista Castelinho pôs em relevo os impasses nos quais se viu engalfinhada a ala castelista contra os mais radicais, que acabaram por impor a *continuidade revolucionária* com o Tio Velho:

No Brasil, o último ato de intransigência política, de rejeição e de protesto foi o suicídio do Presidente Getúlio Vargas, nas circunstâncias conhecidas, as quais cercam de motivações especiais o ato de outro modo limpidamente pedagógico. O marechal Castello Branco não se viu envolvido em episódios tão perturbadores, mas deverá ter tido seu instante hamletiano no poder quando se viu compelido a assinar o Ato Institucional n. 2. Se não o fizesse ele provavelmente teria sido derrubado. Que teria sido melhor para o País, sua queda “en beauté”, ou sua sobrevivência nos moldes em que se deu, com o sacrifício de uma ordem jurídica já abalada e contestada? A partir de então, o governo do marechal Castello Branco mudou. Ele poderá dizer que não mudaram

⁴³ COSTA e SILVA, A. da. *Discursos presidenciais*. [Brasília]: Secretaria da Presidência, 1969. p. 390.

⁴⁴ BRANCO, C. C. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. v. 1, p. 676-677.

*seus objetivos. De qualquer forma, o marechal rompeu a tempestade e saiu dela retemperado. A mensagem a Garcia foi entregue. Só que, no ponto de chegada, ele encontrou para recebê-la a mesma pessoa que a despachara, na partida. Alguém correu mais depressa.*⁴⁴

Castelinho já antecipara o mesmo desfecho, quando revela, no discurso do Ministro da Guerra, a intenção do prolongamento da ditadura militar, com as Forças Armadas assumindo a forma de uma espécie de partido único, afastando de vez a possibilidade de eleições diretas. Escrevendo na coluna de 3 de abril de 1965:

Preconizando a duração por dez anos do processo revolucionário, para além do mandato do atual presidente da República, o general Ministro da Guerra não se teria restringido a manifestar uma afirmação da disposição militar de impedir um retorno ao período e às ameaças que assinalaram a vida brasileira antes de 31 de março de 1964. A tutela militar do regime e do País, preconizada pelo general Costa e Silva, se assenta numa preliminar inquietante: manter as instituições sob sinal de emergência até que, possivelmente daqui a dez anos, as sirenas apitem o sinal de céu claro. [...] O presidente da República entende que a emergência deve cessar e o país reencontrar seus instrumentos normais de expressão política, enquanto seu Ministro da Guerra parece entender que a emergência deve perdurar e se prolongar, por decisão e a critério das "Forças Armadas", a que deu o status de verdadeiro partido político – "uma espécie de partido único da Revolução"⁴⁵.

Reafirmando a continuidade revolucionária do ideário de 1964, centrada na restauração da ordem democrática, com a anunciada, mas jamais atendida, diminuição dos atos de exceção, Costa e Silva conseguia, numa briga de foice em quarto escuro, o alijamento do núcleo castelista, prorrogando o mandato de Castello Branco e garantindo o nome do ministro da guerra, para um exercício de poder que deveria durar de 15 de março de 1967 a 15 de

⁴⁵ Ibid., p. 221

março de 1971. Era a vitória da “linha dura”. Os *moderados e frouxos* deveriam ficar à margem dessa continuidade. Buscava-se a consolidação do bonapartismo sob o mando da “linha dura”. Mais adiante, rompendo com a linha da sucessão constitucional, impedindo a posse do vice-presidente, Pedro Aleixo, o regime militar se contrapunha à própria lógica prevista por sua ordenação jurídica:

*O Alto Comando das Forças Armadas reuniu-se, ontem, dia 6 de outubro, às 10 horas, no edifício do Ministério da Marinha, para estudar a presente conjuntura nacional, particularmente quanto ao problema da subversão e às implicações decorrentes da enfermidade que acometeu o presidente da República. A análise da situação foi orientada no sentido de resguardar os objetivos da revolução e os seus compromissos com a democracia, tendo em conta que se trata de problemas em que estão em causa os interesses de toda a Nação, sobretudo no campo econômico, social e político. Nesse sentido, foram examinadas as soluções que possam assegurar, em curto prazo, a tranqüilidade e a normalidade da vida nacional para o fim de encaminhá-las, em consonância com os imperativos da segurança e do desenvolvimento do país, sem comprometer os programas gerais já estabelecidos no segundo governo da Revolução, sob as diretrizes do presidente Costa e Silva.*⁴⁶

Ao justificar o terrorismo oficial, o “golpe dentro do golpe” — aliás, no jargão bonapartista, “a revolução dentro da revolução” — o coronel Jarbas Passarinho deixa transparecer, mais uma vez, a questão ideológica crucial do bonapartismo, a saber, o sentimento das possibilidades de uma retomada popular contra a ordem do capital. Assim, referindo-se à necessidade do AI-5, comenta:

Já não restava a possibilidade de aplicar remédios constitucionais, como o estado de sítio, então julgado

⁴⁶ SILVA, H.; CARNEIRO, M. C. R. *Os presidentes: Costa e Silva (1967-1969)*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983. p. 118.

insuficiente e incapaz de neutralizar a escalada da guerrilha e do terrorismo. Se, em março de 1964, o detonador da “contra-revolução” foi a preocupação com o radicalismo de Leonel Brizola, e as possibilidades inscritas nas reformas nacionalistas, o namoro do PCB com Jango, na linha golpista, os motins de sargentos em Brasília, e dos marinheiros no Rio, agora, quatro anos passados, o enfrentamento era mais claro. Era essencialmente ideológico. A expansão do comunismo internacional, no ápice da Guerra Fria, elegera o Brasil como objetivo altamente prioritário. Os Estados Unidos, já com a pedra no sapato a 90 milhas de seu território, sabiam que “para onde o Brasil se inclinasse, a América do Sul se inclinaria”. O trágico destino de Guevara, na Bolívia, reforçava a importância do Brasil, na ótica revolucionária.⁴⁷

Com o acidente de percurso, a morte de Costa e Silva no dia 17 de outubro de 1969, os *duristas* se garantiram com a “eleição” amplamente manipulada entre os pares castrenses, efetivando o general Emílio Garrastazu Médici. Um novo ciclo da contra-revolução se apresentaria com o slogan do *desenvolvimento acelerado com segurança máxima*, a repressão extrema para que a

⁴⁷ PASSARINHO, op. cit., p. 308

⁴⁸ Os dois nódulos essenciais da *ideologia 64, desenvolvimento e segurança*, na verdade, são pólos de duas violências básicas. Octávio IANNI soube reproduzir a significação histórica da ditadura do grande capital, a dupla violência, com termos rigorosos: *No âmbito das relações de produção, a violência estatal passa a ser uma potência econômica, ou força produtiva. A violência do poder estatal, como violência concentrada e organizada da sociedade burguesa, passa a atuar no sentido de garantir e reforçar a subordinação econômica e política da classe operária e do campesinato. Ao dinamizar as forças produtivas e as relações de produção, favorece a produção de mais-valia, a dinamização dos processos envolvidos na produção de capital. Assim, a combinação do sistema federal de planejamento com o sistema federal de violência passa a operar de forma decisiva na dinâmica da transformação do que poderia ser uma taxa potencial de mais-valia em mais-valia efetiva. [...] Tudo passa a ser largamente submetido às razões de “segurança e desenvolvimento” do estado, ditatorial, do capital, da alta finança, da grande burguesia financeira, do imperialismo. Aos trabalhadores da cidade e do campo, aos operários e camponeses, tudo isso parece estranho, estrangeiro. Cf. IANNI, O. A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. p. 44.*

reprodução ampliada do capital assentada numa dupla violência⁴⁸ conseguisse o que seria denominado o *milagre econômico brasileiro*.

Um notório apologista do sistema do capital, ao comparar as ditaduras de direita e de esquerda ao longo do século, destacava, no final das contas, as vantagens das primeiras com relação às segundas. Enquanto as *ditaduras comunistas* acarretaram o empobrecimento das massas populares, pois criaram formas incompatíveis com o desenvolvimento, as *ditaduras capitalistas*, além de serem mais breves, conheceram o progresso econômico, harmonizando os interesses sociais como um todo, e, pasmem, podem ser consideradas “menos” violentas. Porque, justificava cinicamente:

O grau de violência é incomparavelmente maior nas ditaduras de esquerda. Perto dos expurgos de Stalin, ou do “paredón” de Fidel Castro, os militares brasileiros parecem escoteiros encabulados! As esquerdas são insuperáveis na produção de carniceros...

Feitas estas considerações irônicas e comprometedoras, Roberto Campos sintetizava as “realizações” da era castelista:

Em seu período, a Revolução, que havia começado com um “ideário puramente negativo” – combate à subversão e à corrupção – desenvolveu três projetos: um projeto econômico, um projeto político e um projeto social. O mais rápido e nítido foi o projeto econômico de modernização capitalista.⁴⁹

Roberto Campos reconhece, ainda, a importância da modificação das estruturas jurídico-políticas para a própria modernização do capitalismo brasileiro. Nesse sentido:

Houve um projeto político, que se desdobrou na reformulação do código eleitoral, da lei dos partidos e finalmente na

⁴⁹ CAMPOS, R. *O Estado de São Paulo*, 18 jul. 1993, p. 2.

⁵⁰ CAMPOS, op. cit., p. 635-636

Constituição de 1967 – visando a operacionalizar nossa débil democracia (após um autoritarismo de transição). As reformas econômicas visavam à modernização capitalista, isto é, à operacionalização da economia de mercado, pois oscilávamos, como costumava dizer, entre um “capitalismo sem incentivos e um socialismo sem convicção”. Implicaram uma vasta reformulação institucional, abrangendo todo o sistema fiscal e financeiro. Um terceiro componente, freqüentemente subestimado, eram as reformas sociais, que visavam a criar um distributivismo racional – o Estatuto da Terra, a Reforma Habitacional e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).⁵⁰

Ora, é sabido que os arautos da política econômica da autocracia burguesa deram forma a uma fórmula efetivamente mágica: quanto mais o trabalhador produzia, menos ele recebia. Em sua política salarial (a viga mestra da política econômica do autocratismo burguês), os índices eram fixados anualmente pelo próprio governo, sendo que não se concediam aumentos salariais; com uma “matemática perfeita” se chegava ao absurdo: quanto

⁵¹ M. H. Moreira ALVES, em sua obra *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, Petrópolis: Vozes, 1984. p.77, fornece um quadro preciso das leis de exceção: *A Lei de Greve (Lei n. 4.330) foi promulgada a 1º de junho de 1964. Emendando a Constituição de 1946 (que garantia o direito de greve), ela definia as condições em que as greves seriam consideradas legais. Funcionários públicos federais, estaduais e municipais ou de empresas estatais recebiam expressa proibição de entrar melhores condições de trabalho ou salários” eram permitidas, mas submetidas a condições que na prática tornavam-nas virtualmente impossíveis. Muitas das greves declaradas legais pelos tribunais de trabalho desde 1964 ocorreram em empresas que há mais de três meses não pagavam a seus trabalhadores. Certas exigências burocráticas para a legalização de uma greve são de tal modo dispendiosas e complexas que muitos sindicatos simplesmente não podem preenchê-las. [...] A Lei de Greve deve ser entendida no contexto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Estipula o Artigo 723 desta última que em hipótese alguma os trabalhadores podem fazer greve sem prévia autorização de um Tribunal Regional do Trabalho. Entre as penas previstas para as greves não autorizadas estão a suspensão ou a demissão do trabalhador grevista sem indenização, o afastamento da liderança sindical, pesadas multas e até mesmo o puro e simples cancelamento do reconhecimento legal do sindicato.*

mais os índices do custo de vida subiam, menor era o índice do reajuste salarial, portanto, menos dinheiro ia para o bolso do trabalhador. Por esta razão, as lutas sindicais se dirigirão, permanentemente, à busca da recomposição salarial, ano após ano, na tentativa organizada de romper com o cerceamento das *leis de exceção*⁵¹, a repressão e controle de sua própria atuação de classe.

Contudo, salienta o ideólogo da autocracia burguesa:

*Longe de revelar indiferença social, a fórmula de contenção salarial do governo Castello Branco era em si eminentemente racional. Abandonava-se a tradicional recomposição dos salários pelo “pico” – rapidamente corroído pela inflação – em favor da recomposição do salário real dos últimos 24 meses, que foi o que a economia realmente pôde dar ao assalariado. A isso se agregam um coeficiente estimado de produtividade e metade da taxa da inflação programada (tendo em vista que os reajustamentos salariais seriam anuais).*⁵²

Na verdade, a grande estratégia do castelismo responde pelo *ardil do politicismo*⁵³, o fato de ter tomado a dianteira do processo, preservando a sua principal herança, a política econômica da ditadura, que deveria permanecer intocável,

⁵² CAMPOS, op. cit., p. 630

⁵³ Segundo CHASIN, *Hasta Cuando?...*, In: _____. *A miséria brasileira...*, p. 124, o ardil do politicismo diz respeito à incompletude de classe dos nossos proprietários, a sua natureza antidemocrática, haja vista que: *A nossa burguesia, para quem o liberalismo econômico (a livre troca para sustentar e ampliar sua própria natureza exploradora, através da associação crescente com a exploração hegemônica e universalizante do capital externo) foi sempre apropriado e conveniente, nunca pôde, nem sequer poderia ter aspirado a ser democrática, tem no politicismo sua forma natural de procedimento. Politicista e politicizante, a burguesia brasileira, de extração pela via colonial, tem na forma da sua irrealização econômica (ela não se efetiva, de fato, por inteiro, nem mesmo suas tarefas econômicas de classe) a determinante de seu politicismo. E este integra, pelo nível do político, sua incompletude geral de classe. Incompletude histórica de classe que a afasta, ao mesmo tempo, de uma solução orgânica e autônoma para a sua acumulação capitalista, e das equações democrático-institucionais, que lhe são genericamente estranhas e estruturalmente insuportáveis, na forma de um regime minimamente coerente e estável.*

mesmo com o desmonte das estruturas do terrorismo do Estado — uma vez esmagadas as organizações guerrilheiras — e, com isso, aprisionando as esquerdas no organograma articulado pelo próprio “sistema”, com o fito de avançar para a forma da institucionalização da autocracia burguesa.

As conseqüências dos atos bárbaros e arbitrários se misturaram à violência caseira do cotidiano. A prática cotidiana da tortura — comum nas cadeias brasileiras — torna-se, com os esquadrões da morte, com os aparelhos do Estado, uma prática institucionalizada. Um tipo de prática de extorsão, de ascensão social rápida, de enriquecimento ilícito nos meios policiais, de prostituição e jogatinas à luz do dia, vão se juntar à prática suja e indigna dos empresários no financiamento da repressão oficial. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), liderada pelo empresário Theobaldo de Nigris e seus acólitos, financiaram — sem nenhum peso na consciência — a repressão ao “inimigo interno” com requintes de crueldade. A dominação autocrática burguesa impõe-se por meio da repressão brutal e das práticas de tortura, do desaparecimento, do aniquilamento, da humilhação, em suma, práticas de uma burguesia vil, covarde e indigna. Marcas a ferro e fogo de um capital atrofico e incompleto que não pode ser expressão da universalidade do civilismo burguês. É de conformação hiper-tardia e subordinada. A associação ao capital estrangeiro, face à apropriação dual da mais-valia, a mantém numa posição inferior como parte de sua natureza atrofica, potencializando a reprodução do arcaico na processualidade de sua modernização excludente.

Em suma, os gestores do capital atrofico, com os militares no tope do “sistema”, acreditavam em tornarem-se *os novos demiurgos da nação*, em manipular os instrumentos do controle social, não só das contradições do capital atrofico subordinado e da modernização econômica pela ação estatal, mas, sobretudo, da movimentação das classes subalternas, dos agrupamentos oposicionistas, dos estudantes, dos parlamentares, dos processos eleitorais, da elaboração de uma ordem jurídica segundo os *ideais*

⁵⁴ Sobre a periodização da dominação autocrático-burguesa, transcorridos 30 anos do golpe, num pesaroso depoimento, Nelson Werneck SODRÉ sintetizava: *O movimento vitorioso em abril de 1964 foi uma ditadura anunciada,*

revolucionários, da esquerda comunista, dos costumes culturais e da seleção da produção artística, que nada possuíam de revolucionário, ao contrário, rigorosamente reacionários, e, sobretudo, supunham controlar os rumos da história.

Em meados de 1973, com a crise do *milagre econômico brasileiro*, as próprias forças do capital passaram a exigir um processo de auto-reforma da ditadura militar, compartilhando da *conciliação pelo alto*, com uma transição lenta, segura e gradual, que propiciaria a mudança de forma do poder autocrático.⁵⁴ Necessidade histórica desvendada nos editoriais da *Ensaio*, em particular no delineamento rigoroso do quadro político nacional e do trânsito pelo alto:

Desfeitas, pela crise do “milagre”, as condições de sustentação da ditadura militar bonapartista, tratava-se de encaminhar o desenho de “outra forma” de sustentar a “mesma dominação”. Percidos estavam os fundamentos do “bonapartismo”, até mesmo porque, para certas angulações dos setores dominantes, em dada medida e para aquela fase, estavam cumpridas suas finalidades: “economicamente”, garantir a superexploração do

longamente anunciada, amadurecida ao longo dos anos da Guerra Fria. Estabelecida, desenvolveu-se em três etapas: a inicial, até o AI-5; a intermediária, do AI-5 à chamada “distensão”; o final, da “distensão” à derrocada. Note-se: a ditadura não foi deposta, daria lugar a profundas modificações na estrutura do regime. Tendo sido extinta pelos seus próprios gestores, pela impossibilidade em continuá-la como desejavam, transferiu à fase seguinte, à chamada distensão, todos os seus problemas, todas as suas mazelas, a carga de suas características de atraso. [...] Não por acaso, tornou normal e usual o que o nazi-fascismo estabelecera de mais torpe, com o exílio, o banimento, a prisão, a tortura, a privação dos direitos elementares, a insegurança do indivíduo, a destruição cultural e, para culminar, o assassínio estabelecido como processo comum e o seqüestro e desaparecimento dos adversários como norma costumeira. A ditadura foi o crime erigido em lei. Muitas das suas torpezas foram herdadas pelo que veio depois e por isso continuamos a nos debater com os mesmos problemas de trinta anos atrás. Isso prova que só o emprego da força da violência, sob todas as suas formas, pode impedir a sociedade brasileira de alcançar a vitória daquelas reformas estruturais de que o nosso povo tanto necessita. E merece. Cf. SODRÉ, N. W. 1964: a ditadura anunciada. In: _____. Golpe de 64. Porto Alegre: Universidade Estadual de Porto Alegre, 1994. p. 10.

⁵⁵ CHASIN, Hasta Cuando?..., In: _____. *A miséria brasileira...*, p. 126-127

trabalho, patrocinando curta, mas intensa acumulação - nada mais do que a "inchação modernizadora" do aparato da velha subordinação estrutural da economia nacional, é certo, mas que fora suficiente, por alguns anos, para nutrir os cofres relativamente limitados e aplacar os temores ilimitados de nossa estreita burguesia; "politicamente", desorganizara e aterrorizara o movimento de massas, especialmente o movimento operário, e desbaratara as oposições, especialmente do ponto de vista ideológico, mas também emasculara sua programática e influíra poderosamente em sua orgânica.⁵⁵

Com o processo desenvolvido a partir de 1964, com o primado do desenvolvimento acelerado do regime militar, a economia nacional foi definitivamente incorporada às estruturas internacionais, seja no plano econômico seja no político. Os setores dinâmicos da acumulação monopolista passam a ser controlados pelos capitais estrangeiros e, com isso, a burguesia nacional se subordina cada vez mais aos desígnios e às estruturas internacionais de poder. Desmanchava-se, assim, as ilusões de um capitalismo nacional autônomo. Ao contrário, apoiando-se em formas autocráticas, a burguesia atuou mais como uma classe com interesses cada vez mais mesquinhos e particularistas, acelerando o processo de concentração e centralização do capital, por meio da superexploração da força de trabalho e com a exclusão das maiorias do próprio mercado interno.

Nos estertores da autocracia medicista, com a crise do "milagre econômico brasileiro", a saída para o esgotamento da acumulação do capital se dava dentro dos contornos da mesma configuração da *modernização excludente*. A tutela militar deveria não só manter a ordem, mas com uma doutrina de desenvolvimento e segurança, mobilizar e unificar as energias sociais a fim de conseguir um ritmo de *desenvolvimento possível com segurança mínima*, assentado na *estabilidade interna*, consubstanciada na institucionalização da autocracia burguesa. A meta apresentada tinha por objetivo a *valorização do homem brasileiro*. Somente com a resolução econômica seria possível a *felicidade social* - base a partir da qual se edificaria uma *sociedade politicamente aberta* - única forma de combate à ameaça comunista.

Mas, a ditadura não nascera para varrer, com seus “atos de exceção”, a anarquia da produção, o caos social, a corrupção, o processo inflacionário, a crise econômica e o movimento grevista dos trabalhadores da cidade e do campo? A ditadura não viera para *restaurar a democracia*? A crise econômica passara a produzir as dissensões entre os próprios proprietários e a se refletir no próprio bloco de poder, os *personae* do capital atrofico passaram a se sentir desprotegidos e logrados pelo *estilo imperial* de governar.

O corte ideológico operado pelo sistema de poder - de um lado, aprimoramento das instituições políticas e, de outro, intangibilidade da estrutura econômica - deixou a iniciativa de movimentos inteiramente controlada pelo alto. O medicismo continuaria com sua dogmática, segundo a qual o *desenvolvimento acelerado e sustentável* só seria possível com a vigilância permanente aos movimentos sociais, *crescimento com repressão*, mantendo as baionetas viradas às ações comunistas; enquanto que, o castelismo sinalizava que no quadro de crise estrutural, seria compatível o *desenvolvimento possível* com um mínimo de segurança, ou seja, *recessão com liberalização*. Na outra ponta, os empresários reclamavam que uma *recessão sem destino* conduziria inevitavelmente o país à uma situação incontrolável, onde a *própria existência da empresa privada nacional estaria ameaçada*. Os bons lucros poderiam até não ser os mesmos, mas agora a perspectiva era a de perdas crescentes. Após tantos anos favorecidos pela tutela militar, os empresários não mais satisfeitos com as soluções do bonapartismo, passam a clamar por maior participação nas decisões políticas: *abertura!*

Se isto é loucura, pelo menos há método nisso! (Hamlet.) O método empregado foi o método da violência, da subjugação, da manipulação. No desenrolar de sua própria história, o capital atrofico tornou-se inteiramente subordinado aos desígnios do capital concluso. A coexistência pacífica entre as classes sociais foi intentada com a militarização nas fábricas, no campo, nas escolas, nos diversos locais de trabalho. A violência como meio de potencialização das forças produtivas materiais. As intenções do medicismo sempre foram explicitadas, com a consciência de suas consequências desumanas. Segundo Médici, o seu escopo era a de instaurar uma *ordem social*, onde *todo o interesse legítimo seja devidamente tutelado*. O terrorismo oficial comprovava precisamente as suas intenções “humanitárias”: a exclusão física

do outro. O assassinato político! Se a humanidade assistiu a morte dos cátaros em nome de Deus, aqui, em nome do *bem comum* se fez a “violência edificante”, a barbárie. Na guerra do capital atrofico todas as armas são válidas.

Como vimos, em diversas situações, Golbery sintetizou uma idéia comum ao pensamento bonapartista, a idéia de que *o povo não é a verdadeira nação, mas sim o Estado*. O Estado redentor seria a salvação da lavoura para o capitalismo nacional, com os préstimos dos capitais estrangeiros. Esta solução seria buscada por meio de vontade política e competência tecnológica e administrativa, em sua plena integração ao sistema internacional. O sonho de ser *primeiro mundo*, o sonho de *grande potência*. A iniciativa privada poderia florescer sem limites, desde que uma possível *república sindical*, com uma pretensa *democracia direta*, mediadas pelas organizações sindicais e associações populares, fossem extirpadas. Há que reconhecer, no entanto, como virtude do ardid do politicismo burguês e da repressão permanente, o desfibramento de uma oposição conseqüente, armada com uma alternativa econômica da perspectiva do trabalho, com isso, desarmando a oposição no enfrentamento da questão nacional, marginando a ação oposicionista na esfera do político, no “aprimoramento das instituições”, impondo limites que não poderiam ser ultrapassados, numa rígida linha divisória: a ruptura com a estrutura econômica subordinada aos capitais financeiros internacionais.

***UNDER THIS SIGN YOU SHALL WIN! THE IDEOLOGICAL
STRUCTURE OF THE BONAPARTIST BOURGEOIS
AUTOCRACY***

ABSTRACT

This article deals with the ideological representations of the successful conspirators on the class struggles in the sixties. With the democratic rupture, beginning in 1964, the bourgeois autocracy aimed to exterminate, subdue and disorganize violently the working class, in particular, and the popular movement in general. The polarizations recrudesced as far as the mass movement was based on an economic platform of national and popular statute. The basic reforms, even staying within the frameworks of the capital, damaged the interests of the national atrophic capital and the imperialism. In the government, the military factions engaged in fighting for controlling the state apparatus. Both of them intended to exterminate the "internal enemies", the subversives of the "Unionist Republic", the entrance gate for communism in our country. Along with the defeat of castelism, the hard line imposes the prolongation of the military dictatorship.

KEYWORDS

Bourgeois autocracy; Bonapartism; Military dictatorship; 1964 ideology



Mesuras, 1988

FERRO, S. Mesuras. 1988. Reprod.: color.; 146 x 114 cm em papel. In: _____. *Futuro anterior*. Tradução Maria Lúcia Monte, William Shelton, Regina Morganti. São Paulo: Nobel, 1989. p. 78. Coleção Roléa.